

ASSISTENCIALISMO DE CRISE NAS PERIFERIAS: REPRODUÇÃO SOCIAL CRÍTICA, MÚLTIPLAS INSTITUCIONALIDADES E PRAGMÁTICA VITALISTA NA URBANIZAÇÃO PERIFÉRICA

Crisis assistencialism in the peripheries: critical social reproduction, multiple institutionalities and vitalist pragmatics in peripheral urbanisation

Thiago Canettieri

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte,
MG, Brasil

Luiz Estevão Moreira Paiva

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte,
MG, Brasil

Catarina Ferolla Vasconcelos

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte,
MG, Brasil

Informações do artigo

Recebido em 05/10/2023

Aceito em 14/12/2023

 <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2023.n260.p430-462>

Copyright (c) 2023 by Thiago Canettieri, Luiz Estevão M. Paiva
e Catarina Ferolla Vasconcelos.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Você é livre para:

Compartilhar — copiar e redistribuir o material em qualquer
meio ou formato.

Adaptar — remixar, transformar e construir sobre o material
para qualquer finalidade, mesmo comercialmente.

Como ser citado (modelo ABNT)

CANETTI, Thiago; PAIVA, Luiz Estevão M.;
VASCONCELOS, Catarina Ferolla. Assistencialismo de
crise nas periferias: reprodução social crítica, múltiplas
institucionalidades e pragmática vitalista na
urbanização periférica. **Cadernos do CEAS: Revista
Crítica de Humanidades**. Salvador/Recife, v. 48, n. 260,
p. 430-462, set./dez. 2023. DOI:
<https://doi.org/10.25247/2447-861X.2023.n260.p430-462>

Resumo

A partir de uma investigação etnográfica, o texto refletirá sobre as formas de assistencialismo que se desenrolam num território de urbanização periférica. Pretende-se compreender essas práticas a partir do momento contemporâneo marcado por uma crise, analisando, dessa maneira, as formas de reprodução social crítica e as estratégias encontradas pelos sujeitos periféricos para sobreviverem num cenário de adversidade. Chama-se atenção para as múltiplas institucionalidades que formam uma complexa trama que garante a reprodução de grupos periféricos e para a adesão dos sujeitos periféricos orientados pela pragmática vitalista. A partir da descrição da atuação dessas institucionalidades, observa-se a constituição de um modo de gestão da pobreza. Argumenta-se que essa gestão administrativa funciona como um dispositivo de disciplinamento que incide sobre os corpos dos sujeitos periféricos, impondo a espera e a fila como condição de acessar os recursos necessários para a própria reprodução. As iniciativas de assistência podem, dessa maneira, ser descritas como instrumentos que complementam a gestão da precariedade e funcionam como um dispositivo de disciplinamento que incide sobre os corpos dos sujeitos periféricos, impondo a espera e a fila como condição de acessar os recursos necessários para a própria reprodução.

Palavras-chave: Periferias. Reprodução Social Crítica. Vida Cotidiana. Crise Urbana.

Abstract

Based on an ethnographic investigation, the text reflects on the forms of assistance in a peripheral urbanised area. The aim is to understand these practices from a contemporary perspective marked by a crisis, thus analysing the forms of critical social reproduction and the strategies found by peripheral subjects to survive in a scenario of adversity. Attention is drawn to the multiple institutionalities that form a complex web that guarantees the reproduction of peripheral groups and the adherence of peripheral subjects guided by vitalist pragmatics. Based on the description of the actions of these institutions, we see the constitution of a way of managing poverty. It is argued that this administrative management functions as a disciplining device that affects the bodies of peripheral subjects, imposing waiting and queuing as a condition for accessing the resources necessary for their own reproduction. Assistance initiatives can thus be described as instruments that complement the management of precariousness and function as a disciplining device that affects the bodies of peripheral subjects, imposing waiting and queuing as a condition for accessing the resources necessary for their own reproduction.

Keywords: Peripheries. Critical Social Reproduction. Everyday Life. Urban Crisis.

INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira é marcada por profundas desigualdades, expressa sobretudo nas periferias urbanas. Esse fato se deve a maneira pela qual seus territórios foram integrados à lógica do mercado mundial: parte considerável da população brasileira foram e ainda estão submetidas a processos de superexploração (Marini, 2005). Nesse contexto de adversidades (Hirata, 2017), essa população articula uma complexa rede de legalidade e ilegalidade, de formalidade e informalidade, de modo a garantir a própria sobrevivência (Telles, 2011). Essa realidade constitui, como notou Chico de Oliveira (2003), o âmago do capitalismo dependente: o moderno se alimenta do atraso — se quisermos manter a nomenclatura, afinal, moderno e atraso se constituem uma unidade simbiótica no sentido do desenvolvimento capitalista — isto é, a existência dessa desigualdade não é um “erro” do funcionamento deste sistema, mas seu desdobramento normal. Assim, num contexto geográfico e social de um país periférico e dependente, a formação categorial do capitalismo só pode se impor negativamente (Alfredo, 2013), enquanto uma negação das categorias fundadoras da sociabilidade capitalista. Essa condição muito particular, é claro, determinou também a produção do espaço urbano: as periferias podem ser compreendidas enquanto espacialização das desigualdades sociais que se manifestam nas contradições da urbanização, constituem um regime de cidadania limitada constituído por uma estrutura profundamente desigual, racializada e geograficamente situada.

Nas periferias ocorre, portanto, a formação de uma complexa trama de estratégias de reprodução social que são ativadas por seus moradores de acordo com as suas necessidades, disponibilidades e oportunidades. Essas estratégias de reprodução, contudo, são limitadas a realidade constitutiva da periferia e o lugar que ela ocupa no ordenamento econômico-social dos países colonizados.

Propomos chamar o arranjo espacial emergente do conjunto de estratégias mobilizadas pelas populações periféricas de *Geografias da Reprodução Social Crítica* como forma de designar não apenas “qual” é a natureza do trabalho de reprodução, mas também “onde” esse trabalho acontece, enfatizando a (re)produção do espaço nesse processo. Além disso, com este conceito damos ênfase à historicidade do capital. O capitalismo não pode ser compreendido como um processo sempre idêntico a si mesmo em todos os lugares e ao longo do tempo, mas carrega em seu próprio desenvolvimento elementos que são históricos. Com

o objetivo de captar com maior precisão a trajetória histórica do capital em seu momento atual de crise, apresentamos a noção de *reprodução social crítica* como um aparato categorial que dê conta dessa complexidade, isto é, que descreva a forma da reprodução social no momento de crise.

Dessa forma, apontamos para um conjunto de práticas de *reprodução social crítica* que se desenrolam nas periferias, isto é, estratégias de reprodução para o enfrentamento do mosaico de adversidades que emerge da crise que vivemos e marca profundamente o cotidiano dessas populações periféricas. Aqui, abordamos essa complexa realidade a partir da ideia de “fraturas e disjunções periféricas”, buscando enfatizar as fronteiras internas da periferia. Com isso, ressaltamos o caráter heterogêneo da vida cotidiana periférica, as múltiplas estratégias que formam um verdadeiro caleidoscópio de situações que podem ser combinadas. Embora, para fins de exposição, abordaremos certas delimitações estanques, elas não ocorrem na realidade. Ainda que existam fronteiras que separam diferentes regimes normativos e permita diferenciar uma diversidade de estratégias reprodutivas num contexto de crise, como é da natureza das fronteiras, as pessoas as atravessam com frequência. Assim, importa-nos, sobretudo, reconhecer a capacidade desenvolvida na vida cotidiana que permite *navegar* nesta realidade complexa. Vera Telles (2011) chama essa habilidade como “arte do contornamento”. Uma pessoa tem tão ou mais condições de se reproduzir materialmente quanto sua capacidade de navegar por esses regimes normativos e de legitimidade, compreendendo seus códigos e suas práticas, mobilizando-os de acordo com cada situação.

Este texto faz parte de uma pesquisa em andamento que se empenha em mapear essas estratégias. Em incursões etnográficas a uma periferia metropolitana de Belo Horizonte realizada há mais de dois anos, conseguimos elencar algumas dessas estratégias. Chamamos atenção para sete estratégias observadas: i.) o trabalho de viração; ii.) o assistencialismo de crise; iii.) o microempreendedorismo; iv.) o endividamento de baixa renda; v.) o rentismo periférico; vi.) os ilegalismos populares; vii.) o associativismo popular¹. A atual fase da pesquisa envolve aprofundar em cada uma dessas estratégias de reprodução social crítica. Especificamente neste texto gostaríamos de ressaltar uma dessas: o

¹ Para uma descrição de cada uma dessas estratégias, conferir Canettieri (2023).

assistencialismo de crise. Buscamos, dessa maneira, pensar a complexa relação entre diferentes institucionalidades que se combinam de formas variadas no território periférico estudado provendo formas de assistência da reprodução social dessa população. Considerando a realidade das populações periféricas, sabe-se que se engajam com diferentes institucionalidades que desempenham um papel fundamental, o de garantir a assistência necessária para, neste contexto de adversidades, possam garantir a sobrevivência. Existe uma multiplicidade de atores que cumprem essa função: o Estado com suas políticas públicas estatais, organizações não-governamentais, igrejas, movimentos sociais e organizações comunitárias, entre outros. Como notou Ana Beraldo (2023, p.398), “essa multiplicidade de iniciativas — caracterizadas por distintos objetivos, mentalidades e formas de atuação — produz uma gama, também múltipla, de efeitos na população local”.

Com este artigo, objetivamos refletir sobre a complexa trama de institucionalidade mobilizada pela população deste território periférico, apontando para esclarecer a estratégia de reprodução que nomeamos de *assistencialismo de crise*. Entendemos esse conceito como uma dinâmica particular que se desenvolve a partir de práticas de assistência prestada às populações periféricas por múltiplas institucionalidades num contexto de crise que integram programas de assistência social das políticas públicas a ações de solidariedade de diferentes entidades que visam garantir a sobrevivência da parte mais vulnerabilizada e precarizada da população periférica. Veremos, a partir das informações levantadas, que os diferentes atores oficiais são mobilizados de acordo com uma *pragmática vitalista* (Gago, 2018) que responde às necessidades objetivas de cada uma das pessoas entrevistadas.

Como dito, este artigo faz parte de uma pesquisa em andamento. Trata-se de uma pesquisa que vem sendo realizada em um território periférico da metrópole de Belo Horizonte há dois anos. A área envolve diferentes tipos de ocupação e urbanização periférica. Trata-se de uma área que consta um loteamento público produzido nos anos 1990; três conjuntos habitacionais (dois verticais e um horizontal, de casas geminadas) entregues nos anos 2000; uma área de favelização e mais duas áreas de ocupação recentes, iniciadas nos anos 2010, que desde então continuam a crescer. A pesquisa envolve uma abordagem de inspiração etnográfica, realizando trabalhos de campo e entrevistas com alguns interlocutores e algumas interlocutoras. O acesso ao campo foi facilitado a partir do contato anterior à pesquisa com duas lideranças comunitárias da área. Além disso, utilizamos uma aproximação com o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) local como um espaço

estratégico de inserção. A partir desses contatos estabelecemos vínculos no território que foram permitindo a inserção e o contato com diferentes moradores. Este texto se baseia em torno de algumas narrativas e cenas etnográficas colhidas no trabalho de campo que problematizam especificamente a questão das dinâmicas e estratégias de assistência realizadas por múltiplas institucionalidades que atuam na área. As localidades da pesquisa permanecerão não identificadas para preservar as fontes da pesquisa, exceto pelo que já foi dito: trata-se de uma periferia metropolitana de Belo Horizonte. Interlocutoras e interlocutores, para manter o anonimato, receberam nomes fictícios.

O artigo, além desta introdução, conta com uma discussão sobre a urbanização periférica, abordando a especificidade da natureza de uma urbanização que ocorre nas periferias urbanas de países que foram colonizados. Na sequência, abordamos algumas concepções de pobreza usadas para compreender as pessoas que vivem nos confins da urbanização periférica. Com isso, poderemos passar para a seção seguinte onde discutiremos as dinâmicas assistenciais que se desenrolam nesse contexto. A quarta seção aborda, a partir de cenas, relatos e narrativas do campo da pesquisa de inspiração etnográfica realizada, algumas das formas de assistência social providas para a população da área estudada. Enfatizamos que a dinâmica do provimento desta assistência ocorre por uma complexa trama de institucionalidades. Por fim, buscamos fazer um balanço dos achados do campo para aprofundar no contexto que sugerimos de *assistencialismo de crise* como instrumento heurístico para compreender uma das faces da realidade de territórios periféricos. Por fim, nas considerações finais deste artigo, retomamos os principais achados e sintetizamos nosso argumento sobre o assistencialismo de crise nas periferias.

URBANIZAÇÃO PERIFÉRICA E LÓGICAS TRANSVERSAIS

Por conta da forma como um país periférico se integra à dinâmica planetária do capital, a urbanização ocorre sem garantir completamente os meios de consumo coletivo para a população. Dessa forma, recai sobre os próprios moradores das periferias o papel de autoprodução do espaço que cria formas urbanas variadas e em constante transformação. Esses indivíduos se tornam não apenas consumidores dos espaços desenvolvidos e regulamentados pelo Estado, mas também agentes próprios da urbanização – afinal

produzem a infraestrutura urbana, os bairros além das próprias moradias que levam à extensão do tecido urbano.

Nesse contexto marcado por dinâmicas de autoprodução (não somente da casa, mas da cidade), fica evidente que o processo de reprodução social na periferia se dá por “padrões não capitalistas”. Este, no entanto, não pode ser compreendido como uma forma atávica ou um resquício fora de época, mas, na verdade, é a condição do desenvolvimento do “padrão capitalista” (Oliveira, 2003). Foi assim que ocorreu a “industrialização dos baixos salários” (Oliveira, 2003), produzindo uma urbanização dos baixos salários (Maricato, 1996). Assim, a reprodução precária dos grupos periféricos revela a reprodução ampliada da periferia como uma condição para a reprodução do próprio capital. Essa interpretação supera a concepção que normalmente aborda a produção do espaço periférico no Sul Global a partir de uma concepção dualística, apoiando-se numa oposição entre o formal e o informal ou o legal e o ilegal. Porém, essa análise não compreende a complexidade dessas formações urbanas, e se faz coerente pensar essa dinâmica a partir das lógicas transversais (Caldeira, 2017). É dessa forma que Caldeira (2017) compreende o processo de urbanização periférica, enfatizando a sua particular forma de produzir espaços de forma lenta e transversal às lógicas oficiais, e que se manifesta de forma generalizada em muitas cidades do Sul Global.

A lógica transversal pode ser pensada como uma espécie de improvisação, e as periferias são recheadas de diferentes formas de improvisações, que se baseiam em interações complexas entre os cidadãos e o Estado, diferentemente das lógicas oficiais. Ainda que os moradores das periferias sejam os autoprodutores do espaço, o Estado está presente de diversas formas, seja na regulamentação, na legislação ou no fornecimento de infraestrutura. Todavia, frequentemente, a atuação do Estado chega posteriormente para modificar espaços que já foram construídos e habitados de forma não regulamentada.

A autoconstrução, por exemplo, envolve consumo de diferentes recursos — compra ou aluguel de terrenos, materiais de construção — e grande parte da população não tem acesso a crédito de instituições bancárias ou do Estado para financiar esses custos. Dessa forma, dependem do financiamento de mercados alternativos de crédito, que cobram altas taxas de juros e tornam comum o endividamento nesse meio. Além disso, a autoconstrução, por depender do próprio trabalho dos moradores e da disponibilidade de recursos, apresenta-se como um processo marcado pela incompletude. São espaços que estão sempre em construção, num processo de melhoria contínua, seja de ampliação ou alteração, que criam

paisagens periféricas heterogêneas, marcadas por construções com diferentes níveis de acabamento (Maricato, 1979). Quando a população dessas áreas aumenta, o comércio expande e os serviços e a infraestrutura chegam, o valor da terra nesses espaços aumenta e torna o custo de moradia inacessível para muitos indivíduos novos que chegam em busca de moradia. Assim, essas pessoas passam a ocupar outros terrenos mais baratos, mais precários e de difícil acesso, criando um novo ciclo e fazendo com que o processo de urbanização periférica seja sempre deslocado e reproduzido em outros locais, refletindo uma dinâmica onde ocorrem, simultaneamente, melhorias e reprodução da desigualdade e da precariedade.

Nesse processo, o Estado também atua como um agente responsável pelo ciclo de irregularidades e ilegalidades, uma vez que as políticas de legalização e regularização muitas vezes contribuem para a valorização fundiária que beneficia agentes privados da indústria imobiliária e culmina no deslocamento de indivíduos de baixa renda que não conseguem arcar com os custos de moradia. Dessa forma, a insegurança é presente na situação de irregularidade, mas também é presente quando os moradores se deparam com a valorização das terras proveniente da regularização e não conseguem custear suas moradias e acabam se vendo obrigados a buscar outros terrenos. Raquel Rolnik (2015) apresenta o conceito de “transitoriedade permanente” para descrever a condição de perpétua mudança que pessoas que residem na periferia estão sujeitas, seja por remoções forçadas ou por conta da elevação do custo de vida.

A propriedade informal do solo, as condições instáveis de posse, a presença distorcida do Estado, a precariedade das infraestruturas, a exploração por parte de incorporadores e comerciantes além de vários processos de estigmatização e discriminação fazem com que as periferias sejam espaços de invenção de diferentes estratégias de reprodução social. Em especial, o contexto de crise descrito, as formas de reprodução social crítica (Canettieri, 2023) se desenvolvem nos territórios periféricos como uma forma de sobreviver frente às adversidades acumuladas (Hirata, 2017). Essas estratégias envolvem tentativas de acessar recursos monetários (Feltran, 2014) num contexto de encolhimento das possibilidades de acessá-los, obrigando à adoção de estratégias e improvisos para garantir a sobrevivência.

A pobreza urbana

A pobreza deve ser compreendida como um fenômeno multidimensional complexo. Ela vem sendo compreendida a partir de diferentes prismas analíticos. São várias as iniciativas para “superar” a pobreza. Contudo, mesmo com o esforço por parte de instituições, governos, pesquisadores e sociedade civil, tal resultado não foi alcançado. A pobreza ainda continua a se espalhar como um incêndio social, encontrando combustível na desintegração social.

Bello (2022) realiza um balanço das concepções da pobreza que vão influenciar a forma como a combater e determinar as escolhas políticas para tal. Segundo o autor é possível classificar as concepções de pobreza em três grupos: i. concepções de caráter estrutural que compreendem dinâmicas e estruturas de reprodução da pobreza; ii. concepções que compreendem a pobreza como resultado de carências locais; iii. concepções que a pobreza é decorrente da ausência de estímulos adequados para os pobres alcançarem inserção socioeconômica adequada.

A última dessas concepções é orientada por modelos heurísticos como de Oscar Lewis (2011). Trata-se de uma visão preconceituosa que elenca uma diversidade de comportamentos dos pobres urbanos (sua “cultura”) que seriam pouco adaptativas à vida na cidade e que os impediria de sair das condições precárias em que vivem nos aglomerados informais latino-americanos. Essa interpretação, contudo, ganhou contornos mais modernos quando se trata de desenvolver o senso de oportunidade dos pobres como uma forma de saída da pobreza, apoiando num discurso empreendedor, mas, ao mesmo tempo, muito individual (Costa, 2022). A concepção de pobreza baseada na ideia de carência é, talvez, a mais corrente e orienta boa parte da literatura e, sobretudo, direciona políticas públicas e manuais de *best practices*. Assim, a noção de pobreza como *falta* aparece, por exemplo, nos manuais do Banco Mundial, que a define como “a incapacidade de alcançar um nível de vida mínimo. Essa noção orienta, por exemplo, não apenas ações estatais, como programas de transferência de renda (pobreza como falta de dinheiro) ou programas de capacitação e formação (pobreza como carência de conhecimento), mas também ações caritativas baseadas no provimento de algum recurso que está escasso na área empobrecida. Por fim, a concepção de pobreza, partindo de um entendimento estrutural que garante sua perpetuação, reprodução e constante atualização, envolve, por outro lado, a politização das

causas da pobreza e, portanto, levam à compreensão de que a superação da pobreza envolve uma transformação profunda na sociedade (Bello, 2022)².

Com esse breve retrospecto, podemos perceber que lógicas assistenciais diferentes são orientadas por diferentes concepções de pobreza. Ter essa clareza analítica, como veremos adiante, será fundamental para esclarecer as diferentes abordagens nas práticas assistenciais e suas transformações recentes.

TRANSFORMAÇÕES RECENTES DAS LÓGICAS ASSISTENCIAIS

As transformações ocorridas na dinâmica do capitalismo proporcionam importantes mudanças para a sociedade e redesenham as relações históricas, sociais e políticas dentro da conjuntura brasileira. O projeto neoliberal torna-se, nesse contexto, uma estratégia para efetivar a continuidade deste sistema, tendo três principais pilares: a flexibilização, com alterações na organização do trabalho; a desregulamentação, em que o mercado e as relações financeiras e comerciais não são regulados; e a privatização, em que os patrimônios estatais são destinados à iniciativa privada (Santos, 2020). Esse processo engendra novas relações de trabalho e, como aponta Paulo Netto (2012, p. 417), “levam à precarização das condições de vida da massa dos vendedores da força de trabalho: a ordem do capital é hoje, reconhecidamente, a ordem do desemprego e da ‘informalidade’.”

No Brasil, o direito de acesso às políticas de assistência social foi formulado em 1993 com a Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), em 2004 com a aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e, finalmente, em 2011, com a criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Esse conjunto de dispositivos da política de assistência envolve diversas medidas de caráter social destinadas a atender certas vulnerabilidades ou riscos que populações estão sujeitas. A política de assistência é de responsabilidade dos três entes federativos, mas são os municípios os responsáveis pela implementação das ações. Essas ações são territorializadas a partir dos Centros de Referência de Assistência Social

² As divisões sugeridas e a tentativa de esclarecimento do efeito de cada uma das concepções de pobreza possuem natureza meramente esquemática, para fins de exposição. Vale notar, ao contrário, que as situações empíricas envolvem muito mais um imbricamento de diferentes lógicas.

(CRAS) e contam com parcerias e apoio de diferentes organizações civis, empresariais ou entidades sociais (Placencia, 2020).

O princípio de que o Estado deveria garantir uma segurança de renda para os cidadãos, independente da sua contribuição para o sistema de seguridade social (obrigatória apenas para os trabalhadores formais), foi inaugurado na Constituição Federal de 1988. Assim, ficou imputado ao Estado a responsabilidade de proteger e assistir seus cidadãos. Contudo, a consolidação desse entendimento levanta três questões fundamentais para pensar as políticas de proteção e assistência social: "(i) quem deve ser protegido?; (ii) como será protegido?; e (iii) quanta proteção?" (Verdi, 2020, p. 46). As transformações que ocorreram desde a Constituição de 1988 e os dias atuais indicam que a resposta para essas perguntas se restringiu, deixando a política de assistência social com um caráter focalizado e, quando não, minguate. Isso significou uma importante piora da qualidade de vida e da participação cidadã de milhares de brasileiros. O "enxugamento do Estado" preconizado pelo choque neoliberal acarretou uma redução das funções assistenciais.

Essas transformações societárias produzidas para atualização da ordem exploratória do capital impactaram a assistência social. O Estado experimenta um redimensionamento: diminui sua atuação pelo caminho das políticas públicas, por meio de ajustes sociais, que, com objetivo de retirada de coberturas sociais públicas, realiza cortes nos direitos sociais. Surge, assim, a oferta de serviços socioassistenciais pelo setor privado e a terceirização da prestação de serviços sociais, projeto este que também se evidencia na escolha do Estado pela não ampliação do quadro de servidores públicos, pela readequação da gestão à modelos empresariais e na precarização da formação de profissionais do serviço social (SANTOS, 2020).

Com a crise do Estado e a mudança de seu papel, as organizações da sociedade civil, pouco valorizadas até meados de 1990, apareceram como entidades competentes para superar as desigualdades sociais. Ganharam relevância e legitimidade para responder de modo supostamente mais eficiente às demandas por bens e serviços. Isso resultou nas dimensões decisórias do próprio Estado (Ferreira, 2011). Esse processo é marcado por um deslocamento profundo na forma de conceber e atuar sobre as chamadas questões sociais, que consiste em um progressivo afastamento de uma lógica de garantia de direitos para uma lógica de administração, de gestão e de contenção dos problemas sociais (MOTTA, 2021).

Nesse sentido, a assistência social, enquanto política pública, orientando-se pela lógica neoliberal acaba por ter suas “práticas centradas no sujeito e em suas famílias, sob um discurso de fortalecimento dos sujeitos para o seu empoderamento, ao invés do fortalecimento de ações coletivas via estratégias também coletivas” (SANTOS, 2020, p. 58), o que resulta na ampliação da tendência à assistencialização:

o Estado tem atuado gerenciando os impactos da crise, com medidas que tentam minimizar as expressões da questão social e os conflitos sociais emergentes. Diante de uma população cada vez mais destituída de emprego e de direitos, o Estado tem adotado políticas sociais cada vez mais restritivas, seletivas, focalistas e de caráter assistencialista, ao tempo que repassa parte da prestação de serviços sociais à sociedade civil, através das parcerias com Organizações Não Governamentais subsidiadas com recursos públicos (Santos, 2020, p. 60).

Todavia, em contraponto à crise capitalista, à precarização das políticas sociais estatais e, em consequência, à falta de recursos necessários para garantia de sobrevivência das comunidades, surgem formas coletivas de assistencialismo proporcionadas por coletivos, entidades e movimentos sociais que se organizam nas periferias e buscam suprir demandas assistenciais emergenciais. A dinâmica de projetos desenvolvidos por Organizações Não Governamentais (ONGs), Igrejas, coletivos ou até mesmo individualmente indicam a convocação de diferentes atores para contribuir na intervenção em territórios vulneráveis de modo a produzir uma gestão diferencial da pobreza.

UMA COMPLEXA TRAMA DE INSTITUCIONALIDADES

A produção do espaço periférico, marcada por dinâmicas excludentes, concentra a pobreza urbana. A urbanização periférica, como vimos, institui uma maneira particular de relacionamento com a formalidade estatal - esta ocorre de maneira transversal, ativada de acordo com as circunstâncias a partir de uma racionalidade pragmática. Essa situação produz uma complexa trama de institucionalidades. As institucionalidades não significam apenas instituições formais e oficiais, mas todo arranjo mais ou menos estável que grupos e pessoas se envolvem e se relacionam que transita no espectro legal e ilegal das práticas cotidianas periféricas. A miríade de institucionalidades constituídas nas periferias metropolitanas podem ter diferentes finalidades. Aqui, dedicamo-nos a refletir sobre as institucionalidades voltadas para a prática de assistência.

A condição de precariedade constitutiva dos territórios periféricos impõe aos sujeitos que lá vivem uma pressão constante para sua sobrevivência. Mesmo com um emaranhado de economias populares, muitas vezes os recursos mobilizados são insuficientes para a reprodução. Dessa maneira, surgem iniciativas — mais ou menos formalizadas — de práticas de assistência. Como definido na seção anterior, entendemos por assistência toda ação que visa amenizar ou reverter vulnerabilidades e riscos que populações estão sujeitas. Se a pobreza, portanto, é a matéria que dá razão à assistência, é na periferia metropolitana que ela se desenvolve. Aqui, compreendemos ações de assistência de forma mais alargada do que a literatura sobre o tema, já que buscamos incorporar as iniciativas autogestadas nas periferias em suas diferentes matizes, mostrando o intrincado arranjo de institucionalidades que se desenvolve no território periférico.

Nossas observações se baseiam nos campos realizados no território estudado, quando questões sobre as práticas assistenciais surgiam a partir dos relatos das interlocutoras. Nossa intenção aqui, como dito, não é apresentar um quadro fechado sobre a atuação de cada institucionalidade, mas tão somente enfatizar a complexa trama que se constitui de diferentes institucionalidades formais e informais que atuam no provimento de assistência para uma população em vulnerabilidade.

O CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

A primeira institucionalidade que discutiremos aqui é a formal, garantida pelas políticas públicas estatais. Como descrito anteriormente, a política de assistência social é responsabilidade dos três entes federativos do Estado brasileiro. As políticas são operacionalizadas pelo ente municipal, para garantir a descentralização e a efetividade local dessas políticas. A região de estudo conta com um Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) que atende a população da área. Segundo dados da distribuição de famílias inscritas no Cadastro Único e famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, o CRAS da área de estudo é o que mais atende famílias nas duas situações em Belo Horizonte. Segundo a coordenadora da instituição, Wilma, atualmente 9 mil famílias estão inscritas, sendo que os centros são projetados para atender cerca de mil famílias. Isso ocorre porque o CRAS passou a atender as demandas das ocupações recentes da área, que está para além da capacidade. Uma das técnicas do CRAS esclarece: “a gente teve que abranger mais essa demanda aqui no

CRAS, então a gente teve que... digamos assim: colocar água no feijão para conseguir atender” (Carla, técnica em assistência social do CRAS).

Com essa superlotação, descreve a Coordenadora do CRAS, os serviços se precarizam e o atendimento cai de qualidade.

Considerando nossa capacidade de atendimento diário, isto é, considerando os técnicos que estão atuando hoje, nossa média de atendimento é de 20 atendimentos por dia. Isso trabalhando num ritmo puxado. Mas desde a pandemia, a gente recebe muito mais do que isso. Dá quarenta, sessenta, teve dia que deu 80 pessoas na fila. E aí dá confusão, porque não conseguimos atender todo mundo, a fila é longa, muita espera, as pessoas ficam irritadas (Wilma, coordenadora do CRAS).

Ambas as entrevistadas indicam que a maior parte da atuação do CRAS hoje envolve regularizar, atualizar ou iniciar o Cadastro Único (CADÚnico) para acessar programas de transferência de renda do governo federal. Apesar da ausência de um dado objetivo sobre este número, estimam que cerca de 80% do atendimento do CRAS seja para questões relativas ao CADÚnico. Até 2019, conta Wilma, a principal atuação do CRAS envolve o Programa de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF). Trata-se de uma iniciativa do CRAS para fortalecer vínculos de famílias em situação de risco e vulnerabilidade social, contribuindo para que possam acessar os seus direitos e garantir, dessa maneira, o exercício da cidadania. Wilma relata uma narrativa de frustração com essa mudança da demanda atendida pelo CRAS. Políticas que, em sua visão, são mais importantes porque são perenes e fortalecem os vínculos comunitários, não são tão procuradas. Esse tipo de atividade, que é ofertada a partir de uma organização da sociedade civil (OSC) parceira, está sempre com vagas sobrando. O mesmo vale para as ofertas profissionalizantes para jovens, como as oficinas de ofícios ou de elaboração de currículo. Com exceção do Programa de Proteção ao Adolescente Trabalhador que garante um salário mínimo para dois jovens atuarem no CRAS, a demanda é muito inferior à oferta.

O relato de Wilma e de Carla sobre essa realidade reconhece as dimensões estruturais que a crise provocada pela pandemia de COVID-19 provocou na periferia que atuam. Muitas pessoas perderam o emprego e passaram a depender cada vez mais dos programas de transferência de renda. Mesmo hoje em dia, relatam, o emprego da população do território não voltou ao mesmo patamar de antes da pandemia. Contudo, ao mesmo tempo, Wilma e

Carla parecem atribuir uma ausência de engajamento, sobretudo por parte dos jovens, nas ofertas de alguns programas do CRAS.

Em conversas informais com alguns beneficiários dos programas de transferência de renda (considerando as idas ao campo, envolve tanto o Auxílio Brasil como o Bolsa Família e sua recente reformulação), muitos enxergam como uma “ajuda do governo”. Essa forma de perceber os programas de assistências também é indicativa da realidade atual. Bello (2016, p.181) confirma essa descrição em sua pesquisa que colheu a percepção de beneficiários sobre o Bolsa Família. Segundo o pesquisador, o termo “ajuda” era frequentemente utilizado para descrever “apoio importante, mas não a ponto de implicar melhoria decisiva em suas vidas”. Além disso, essa forma de compreensão parece indicar que as políticas assistenciais não são percebidas como um direito social do cidadão.

A história de Cristina, senhora negra de idade avançada, moradora do território estudado desde os anos 1990 é reveladora. Atualmente Cristina recebe uma aposentadoria por invalidez permanente, já que convive com um problema de locomoção que a colocou na cadeira de rodas. Além disso, sua filha, mãe solo com duas crianças (uma de 1 ano e meio e outro recém-nascido), cadastrou a família no CRAS e recebem o auxílio. Recentemente, Cristina lembra, com certo tom de comemoração e gratidão, que seu domicílio foi contemplado pelo Auxílio Brasil: “Minha filha foi lá no CRAS e pediu o cadastro. E aí, agora a gente recebe o auxílio. Foi por conta da pandemia, né? Esse dinheiro ajuda demais aqui em casa”.

Continuando sua conversa, Cristina compartilha: seu marido havia falecido há menos de dois meses. Sua voz, que estava animada, tornou-se embargada quase instantaneamente. “Ele está deixando uma pensão, né?” – disse. Em caso de morte de um segurado do INSS, é possível receber uma pensão que corresponde a 50% do salário mínimo vigente. Esse valor pode ser acumulado com o benefício da aposentadoria por invalidez. Cristina reconhece que a pensão, embora ainda não a receba, ajudará muito para garantir as condições de reprodução da família.

Ainda que esteja em curso um profundo processo de desinvestimento público na constituição da renda social acessada pela população em situação de pobreza, o caso de Cristina demonstra a importância que esse tipo de recurso advindo do fundo público desempenha na reprodução material de grupos vulnerabilizados. Contudo, vale destacar que

o modelo da assistência social no Brasil vem indicando um duplo processo de monetização da proteção social e de bancarização dos pobres (Benzaquen, 2022).

A RELIGIÃO

Em territórios periféricos ações de assistência e solidariedade por parte de institucionalidades religiosas são frequentes. Já é fartamente documentado o importante papel que a religião desempenha em territórios populares, constituindo redes de receptividade, de apoio terapêutico-espiritual e de solidariedade material. Essas redes religiosas atuam como agentes na diminuição da vulnerabilidade social e na sensação de insegurança, exercendo um destacado papel na amenização das adversidades vividas. Até agora na pesquisa estivemos em contato com instâncias do catolicismo e identificamos uma miríade de igrejas evangélicas, em geral, neopentecostais.

A atuação da Igreja Católica no território estudado é importante, afinal, além da Igreja, há na área um terreno da ordem Carmelita, onde são realizados diversos eventos coletivos. Segundo Frei Cláudio, uma das lideranças religiosas locais, o papel da religião é muito importante não apenas para o apoio espiritual, mas, segundo ele, “é por meio da religião que muitos ali acessam o que necessitam para sobreviver”. Frei Cláudio comenta que a paróquia realiza diversas festas na região e, a partir das campanhas de solidariedade, recolhem recursos para as festas serem gratuitas, distribuindo comida para as pessoas da região. Além disso, ele conduz, junto de outros representantes dos Carmelitas, obras de solidariedade que recolhe agasalhos para o inverno ou brinquedos para o dia das crianças e para o Natal.

Frei Cláudio reconhece, contudo, que apenas isso é insuficiente para transformar essa realidade. Ele ressalta uma parceria que possuem com um movimento atuante na área. O terreno da ordem foi cedido para um uso coletivo. Durante a pandemia, considerando a redução do uso do espaço, foi procurado por uma liderança local para usar o terreno como uma “roça coletiva”, produzindo alimentos para as famílias, mas, ao mesmo tempo, permitindo experimentar práticas de autogestão. Frei Cláudio se envolveu com a proposta e ele próprio participa dos mutirões o quanto que sua idade avançada permite.

Atuação diferente é observada com as iniciativas de assistência das igrejas evangélicas no local. Sua atuação se destaca pelo vigor missionário e seu caráter popular. A

literatura sobre a atuação evangélica enfatiza o *ethos* pentecostal que oferece esperança, libertação e proteção num mundo marcado por condições de injustiça, desrespeito, violência, exploração e fragmentação. Assim, muitas atuam contribuindo para aumentar a autoestima de indivíduos historicamente marginalizados, incentivando o empreendedorismo e ampliando o escopo das relações interpessoais.

A maior parte das Igrejas que atuam na região de estudo não estão ligadas a grande denominações. Uma dessas igrejas é a Igreja Pentecostal da Comunidade Cordeiro Forte. Essa igreja funciona na casa de Márcia, que se apresenta como pastora e doméstica, uma mulher negra de 50 anos. Sua casa é pequena, no centro de um lote. Ao lado da casa, há um cômodo extra que funciona como o salão da Igreja. No portão de entrada para seu lote, mantém uma faixa desgastada que indica que ali é uma igreja. A igreja Cordeiro Forte não pertence a nenhuma denominação, mas ela diz, com orgulho, que segue todos os pastores e pastoras das grandes igrejas brasileiras. “Posso aprender muito com eles e, assim, repassar esses ensinamentos para o meu rebanho”, diz Márcia. Ela é casada com um homem com quem divide o pequeno barraco, além dos três filhos.

Márcia possui um sorriso aberto e é sempre muito emotiva. Atenta à conversa, faz trejeitos frequentes com a mão e com o rosto, indicando seu interesse no tema. Ela nos recebeu em sua casa para a primeira conversa. Muito rapidamente, Márcia contou de sua vida e de como foi seu “chamado” para o ministério de Cristo.

Eu estava muito triste, tinha perdido o emprego, estava com o nome sujo e o meu [filho] mais velho envolvido com o tráfico. Eu não sabia mais o que fazer. Então uma amiga me levou para uma igreja evangélica. Eu, assim, era religiosa, de família religiosa mesmo, católica e tudo, mas eu nunca tive muito tempo de ir na igreja. Então essa minha amiga veio lá em casa e me disse assim – você vai comigo, sim, vai ver se você gosta. Então eu fui, né? Minha vida foi entrando nos eixos. Foi quando eu vi essa coisa de ocupação. Eu e meu marido estávamos apertados, endividados, pagando aluguel, e resolvemos tentar a sorte aqui. E aí eu vi que Deus tinha um plano para mim (Márcia, moradora da ocupação, pastora evangélica e doméstica).

A literatura sobre o fenômeno (neo)pentecostal no Brasil ressalta a importância do testemunho (Côrtes, 2017). Trata-se de uma forma de experiência religiosa que parte da história de vida dos indivíduos para garantir seu funcionamento. A centralidade da religiosidade evangélica está na comunicação de uma história de vida que envolve, via de regra, a superação de um passado infame. Assim, a história de Márcia, que convivia com muitas dificuldades, é interpretada como a prova da ação divina que colocou a vida

novamente nos eixos. Com a entrada na ocupação, a família conseguiu economizar e seu marido encontrou um emprego fichado em um açougue na região. “Graças a Deus”, repete Márcia a cada instante de seu relato.

Foi a partir desse momento – comenta Márcia – que ela entendeu que deveria atender ao chamado e “levar a palavra para a comunidade”. Organizou-se então com seu marido, que a apoiou desde o princípio. Ela manteve durante um tempo seu emprego como diarista e com parte da renda familiar mantinha com disciplina rigorosa uma caixinha para a construção do cômodo extra que funciona como o salão da Igreja.

Márcia não abriu mão do seu trabalho em um primeiro momento. Ela conjugava faxinas na área central de Belo Horizonte com a condução de orações e grupos de estudos bíblicos. Falou que não tinha muita ideia do que estava fazendo, mas se sentia apta a fazer: “Era algo como se nem eu soubesse o que falar e, de repente, as palavras iam saindo da minha boca e davam acolhida para quem precisava”. Havia outras igrejas pentecostais na região e até mesmo na ocupação, mas como Márcia era tida como uma “batalhadora” por seus vizinhos e alguém com quem todos podiam contar, sua igreja foi se tornando cada vez mais movimentada. Ela comentou que no seu grupo de orações havia pessoas de dentro e de fora da ocupação: “Sim, eles vêm aqui porque é como se fosse uma família. Aqui todo mundo é muito bem-vindo e se sente em casa, em casa mesmo”.

Márcia conjuga as pregações com o seu trabalho de diarista. Seu marido foi promovido, o que ela atribui a uma graça de Deus, e agora recebe um salário um pouco melhor. Além disso, recebe dos seus fiéis contribuições financeiras ou produtos, que usa na manutenção de sua casa.

Sua principal atividade é o que ela chama de “fazer solidariedade”. Aproveitando os contatos que estabeleceu com a zona sul da capital mineira em sua época de diarista, Márcia consegue doações para “fazer solidariedade”:

Sabemos que tem muitas pessoas que passam por necessidades, necessidade mesmo, aqui no bairro. Gente muito, muito, muito pobre, sem nada. A igreja costuma ser onde essa pessoa sem nada pode encontrar um pouquinho. Nós não temos muito com o que compartilhar materialmente, mas a gente ajuda, assim, psicologicamente, dá uma força para as pessoas continuarem. A igreja é isso, um apoio moral, não, não só moral, mas um apoio mesmo. A pessoa, primeiro, tem que acreditar em Jesus, e Jesus acredita nela, e ela vai ter força para conquistar seus objetivos, para melhorar de vida. Na minha visão é assim que a igreja aqui funciona (Márcia, moradora da ocupação, pastora evangélica e doméstica).

São muitos aqueles que não possuem nada e vivem em situação de penúria. A ação de Márcia de “fazer solidariedade” aparece com uma importante função dentro da comunidade. Muitas pessoas dependem de iniciativas como essa para sobreviverem. Como Ribeiro (2017) esclarece, as igrejas (neo)pentecostais organizam formas de satisfazer necessidades objetivas entre os seus membros, como grupos com informações e indicações de emprego, doação de alimentos e remédios, ou ajuda financeira direta para pagar certas contas, como uma “circulação de benefícios” que só se constitui por intermédio dos vínculos estabelecidos internamente com a Igreja.

O número de igrejas evangélicas na região é visivelmente superior do que os templos de outras religiões. Afinal, parece ser muito pouco custoso iniciar um templo desta natureza. Mais importante do que o número de igrejas abertas, é compreender as redes de apoio que se constroem como apoio para os desafios e sofrimentos vividos. Como nota Costa (2023, p. 57):

As redes evangélicas atuam como circuitos de trocas, envolvendo dinheiro, comida, utensílios, informações, proteção e recomendação de trabalho, articulando proteção, estreitando laços e alcançando muitas vezes o objetivo de enraizar o fiel na igreja e ganhar novas almas para o Senhor.

Ações beneficentes, como a empreendida por Márcia, são fundamentais porque demonstram para a comunidade o funcionamento da igreja. Rosas (2013) descreve esses mecanismos como uma “amostra grátis da prosperidade”. A própria Márcia reconhece que foi a “graça” que sua amiga lhe deu em nome de Deus que a permitiu “tocar o coração de outros agora”.

AS ONGS

Várias Organizações Não Governamentais atuam na área de estudo. Como concentra pessoas em condição de vulnerabilidades, as ONGs, que buscam amplificar o seu “impacto social” atuam nessas áreas. Ao longo da realização da pesquisa, acompanhamos uma ação de uma ONG num dos territórios de ocupação. A ONG recolheu algumas centenas de brinquedos e, segundo um dos organizadores, 1.260 kits de doces e balas, para fazer uma distribuição às crianças da comunidade.

Os representantes da ONG usavam um colete que os identificavam como “monitor”, usavam crachá com o nome e, nas costas, estampava a logo da ONG. Ao conversar com os “monitores” no local, nenhuma informação sobre o funcionamento da ONG foi esclarecida. Eles diziam atuar em busca do “bem comum”, ou que estavam “ajudando a comunidade”. Em sua página de Internet, a ONG se define como um “*hub* de impacto social em fruto da união de empresas com forte propósito de investir em projetos que reduzam a emergência social”. A ONG não havia ido ao território antes da ação e, desde então, nunca mais retornou. Toda a articulação para a ação foi realizada por meio do chat do Instagram, esclareceu uma das coordenadoras da ocupação que conversamos durante a realização do evento. Ela explicou que esse tipo de ação é importante para a comunidade, não pela distribuição dos itens, que parecem não contribuir em nada para o “bem comum” ou para “ajudar a comunidade”, mas porque essa ação reverbera nas redes sociais das ONGs com muitas visualizações e, segundo ela, poderia “divulgar a luta das ocupações”. Aparentemente, a ação da ONG no território era um efeito marginal do verdadeiro objetivo que a coordenação esperava, a visibilidade.

Em outra ocupação – não é de modo algum uma coincidência, afinal, é nas ocupações que se concentra as adversidades que chamam a atenção das ONGs: “tudo é desafio: miséria, violência, fome, desemprego, etc.” (Arantes, 2004, p.166) – outra ONG atuou há alguns anos. Produziu duas *moradias de emergência*, no léxico da própria ONG. A partir de uma inserção no território iniciada por meio de um projeto de extensão universitário, a ONG fez um diagnóstico do território e selecionou duas famílias para receberem as tais *moradias de emergência*. As moradias foram construídas para duas famílias que viviam há anos num barraco improvisado. A melhoria das condições de vida foi inegável e, até hoje, as famílias “agradecem a ajuda” que receberam da ONG.

Como se pode notar, sem muita surpresa, ambas as ações das ONGs se justificam e se sustentam a partir da noção de “emergência”. Esse conceito não é trivial, afinal, designa a uma certa urgência que ampara o tipo de prática que descrevemos. Mas, como se sabe, a emergência tem a função de promover a “carga simbólica que imprime uma aura positiva às ações voluntárias sem fins lucrativos” (Arantes, 2004, p.169).

Os movimentos sociais

O senhor José Paulo, 64 anos, recebeu-nos em sua casa com entusiasmo. Usava uma camisa azul com a bandeira do movimento do qual faz parte bordada no bolso esquerdo.

Imigrante paraibano, morou em Contagem, em São Paulo, no Rio de Janeiro e, agora que se aposentou, fixou-se em Belo Horizonte. O movimento do qual faz parte é de atuação nacional. Ele conheceu a casa onde mora atualmente ao visitar um companheiro de movimento que havia participado das primeiras ocupações que deram origem ao cadastro que virou o loteamento público da área.

Quando comprou a casa do seu companheiro, em 2013, José Paulo já conhecia a base do movimento e onde atuaria politicamente. Ele comenta que as conquistas na melhoria das condições de vida da população foram alcançadas pela atuação do movimento popular. Segundo ele, o bairro é, hoje, bem servido de infraestrutura. Ele completa: “fruto de muita luta, não foi fácil para chegar até aqui”.

A ação coletiva dos movimentos populares é uma estratégia conhecida no Brasil e muito importante no processo de urbanização brasileira (Caldeira, 2017 ; Holston, 2009). Por intermédio de mobilizações populares e de ações políticas (de diferentes formas), os pobres urbanos conquistam direitos e tornam melhores suas condições de vida. Ônibus, água e esgoto encanados, energia elétrica, asfaltamento, além dos equipamentos públicos, como escola, posto de saúde, centro de referência da assistência social, entre outros, são importantes elementos para garantir a reprodução. O debate contemporâneo anglófono chama a atenção para o papel da infraestrutura na produção do espaço urbano (Addie *et al.*, 2020; Hall, 2020). Os movimentos sociais, portanto, desempenham papel fundamental no provimento das “redes materiais que facilitam a circulação de pessoas, bens, energia, água, resíduos e informações (Addie *et al.*, 2020, p.10), garantindo, assim, as condições efetivas para o melhoramento das condições de vida da reprodução social.

As estratégias são variadas: pressão na prefeitura, com longas marchas até a região central; abaixo-assinados; reuniões com secretários e representantes do poder público. Com essa pressão, é possível conquistar as melhorias do local. Entretanto, é importante ressaltar que essa relação não ocorre sem conflitos. Em entrevista para a pesquisa, uma técnica da Assistência Social da Prefeitura relatou que os primeiros contatos da política de assistência não são bem-sucedidos porque existe muita desconfiança em relação ao poder público – e se confundem, com frequência, suas instâncias: a polícia, que realiza o despejo; e a assistência social, que atua na promoção de direitos.

Além da relação com o poder público, José Paulo ressalta que a presença dos movimentos sociais tem maior abrangência do que cobrar infraestrutura. Ele mesmo oferece

curso de manutenção em mecânica e eletrônica gratuitamente para jovens da região: a contrapartida necessária é participar das reuniões de formação política que ele também conduz na garagem de casa. Com outros moradores da região, José Paulo coordena os trabalhos numa horta compartilhada onde são plantados diversos alimentos: mandioca, jaca, feijão, amendoim, além de hortaliças. Segundo o militante, isso tem a função de colaborar na criação de um senso de comunidade entre os envolvidos, fortalecendo a consciência de classe e a solidariedade em momentos de crise, como a que ocorreu durante a pandemia.

A solidariedade

Carol é uma mulher negra e mora na ocupação mais vulnerável da área de estudo. Em 2020, com a situação da pandemia, viu muitas famílias vizinhas convivendo com a insegurança alimentar: “muita gente perdeu emprego, e aí não consegue colocar comida na mesa, né?” Seu marido, que trabalha como segurança, continuou no trabalho e a situação em seu domicílio não teve a mesma erosão das pessoas próximas. Acompanhando aquela situação, em maio ela abriu o aplicativo de uma rede social em seu celular e fez um apelo: “estava muito tocada, aquela situação não dá para aceitar”. No vídeo, que ela mostrou em seu celular, ela pedia doação: “de qualquer valor, de qualquer alimento”. Ela se responsabilizava em buscar a doação e fazer comida para distribuir para crianças da ocupação e, depois, postar as fotos comprovando a prática. Uma ex-patroa que a seguia na rede social assistiu ao vídeo e fez a primeira doação. Carol foi ao supermercado, comprou fubá e couve e fez uma sopa que distribuiu entre as crianças do bairro no dia 23 de maio de 2020. Batizou sua iniciativa de Cozinha Solidária, que funciona em sua própria casa. Segundo ela, durante a pandemia muitas famílias recebiam cesta básica de alimentos, mas estavam há semanas sem gás para o fogão. Ela então se oferecia para juntar as cestas das famílias dessa situação e fazer comida para elas e outras mais.

Conversando com Carol, descobrimos que além da situação que acompanhava de seus vizinhos, a inspiração para tal projeto surgiu da vontade de resgatar uma iniciativa de seus pais. Eles eram membros da Igreja Universal de Petrópolis, no Rio de Janeiro, e desde que Carol tinha sete ou oito anos, ela acompanhava a distribuição de marmitas para comunidades carentes com seus pais. “Ah, a gente devia resgatar, né, esse trabalho tão bonito que a gente fazia lá”.

Mesmo com o final da pandemia, Carol continua distribuindo as marmitas todos os sábados. Algumas semanas, dependendo do que chegou como doação, chega a distribuir mais de uma vez por semana. “Passou a pandemia, nós continuamos porque, né, a gente viu a necessidade pelo seguinte, porque muitas crianças, durante a semana, comem na escola, e sábado não tem escola.”

Chama a atenção que toda a gestão do projeto de solidariedade de Carol é realizada por meio de aplicativos de redes sociais. Desde o pedido de doações até a disponibilização da data de entrega das marmitas para os vizinhos. As gravações são simples, sem qualquer edição, mas ela alcança muitas pessoas. Segundo Carol, ela formou várias parcerias: com o sindicato dos policiais civis; com outras ONGs, e até com supermercados e padarias. A rede social parece desempenhar um importante papel de amplificar o alcance que Carol tem. Não se limita apenas aos seus seguidores, mas reverbera em outros grupos. “Eu nem sei como chega em tanta gente” — ela descreve.

Além da divulgação da ação, tanto para doadores como para quem recebe as marmitas, Carol também é responsável por outra tarefa:

Tem hora que chega cesta e dá para entregar para todo mundo, só que tem hora que chega pouco alimento, sendo que está todo mundo precisando. Então a gente tem que fazer uma divisão, né? Aquelas famílias que tinham muita gente, a gente entregava o que a gente recebia, era cesta simples... tipo assim, tinham pessoas que ficaram desempregadas, as pessoas que ainda não tinham conseguido receber o auxílio emergencial. Só que aí a gente começou a ver que a gente não estava conseguindo, sabe, atender todo mundo. E todo mundo precisando. Aí a gente foi, eu e a Carla [Coordenadora da Ocupação], né, eu conversei com a Carla e a gente tem que fazer essa divisão (Carol, responsável pela Cozinha Solidária da Ocupação).

Carol também é responsável por fazer essa “seleção”. Mesmo contando com o apoio da coordenação da ocupação, a tarefa exige manter uma boa relação com os vizinhos, além de conhecer a fundo a realidade das famílias. Tal situação é semelhante ao que Elisa Verdi (2022) descreve ao analisar uma ação social de doação de marmitas que ocorre na periferia de São Paulo. Verdi descreve o que ela chama – a partir da narrativa de uma liderança entrevistada – de “seleção da miséria”. Trata-se de um esforço da liderança em identificar quem mais precisa e dar prioridade para essas pessoas, já que os recursos e doações são insuficientes para todos. Os critérios para definir quem mais precisa passam, em geral, pela quantidade de filhos e a ausência de emprego ou de outra fonte de renda.

A seleção da miséria é uma estratégia local, empreendida por alguém que conhece a sua comunidade e que precisa utilizar conjuntamente critérios informais de identificação da pobreza e esse conhecimento do lugar para estabelecer prioridades no momento de distribuir as doações que recebe (Verdi, 2022, p.92)

A própria Carol diz em seu relato que faz questão de não esconder esses critérios, também adotados por ela e pela coordenação da ocupação na própria “seleção da miséria”.

Todo mundo que chegou sabe, a gente explica, fala assim: “Ó, a gente vai dar prioridade pra quem tem muito menino, pra quem, né, tá desempregado”. Mas se tiver alguma pessoa que mora sozinha, mas que tá totalmente sem alimento, pode estar vindo aqui, que a gente... que a gente dá um jeito de atender, dá um jeito de ajudar.

Sua abordagem direta – que escolhe apresentar os critérios logo de cara – implicou, por um lado, em “comprar briga com algumas pessoas”, já que ficam insatisfeitas por não receberem as marmitas. Mas Carol reforça que sabe bem o que cada um está passando para fazer essa seleção e, assim, “não deixar quem mais precisa na mão”. Ela, enquanto moradora, desde o início da ocupação, conhece a comunidade em que vive. Ela sabe quem está empregado ou perdeu emprego, quem recebeu algum benefício do governo ou teve seu cadastro suspenso, quem tem problema de saúde, quem tem muitos filhos e etc. Por outro lado, expor os critérios da seleção da miséria limpa o campo para sua ação de solidariedade, já esclarecendo desde o início como funciona, e, dessa forma, evitando possíveis mal entendidos.

A experiência da ação social conduzida por Carol, distribuindo as marmitas para a comunidade em que vive é uma forma de prestar assistência para as famílias mais vulneráveis. Seu discurso, ao narrar sobre sua iniciativa solidária, transita entre uma perspectiva de apoio mútuo para garantir a reprodução das famílias mais vulneráveis e a caridade como uma ajuda pontual.

MÚLTIPLAS INSTITUCIONALIDADES, A PRAGMÁTICA VITALISTA E O ASSISTENCIALISMO DE CRISE

Nas cinco experiências apresentadas, colhidas durante a realização dos campos desta pesquisa, encontramos algumas características compartilhadas: a primeira que chamamos atenção é a presença de múltiplas institucionalidades (Beraldo, 2023) que não

necessariamente concorrem entre si, mas são tratadas como complementares, sendo mobilizadas conforme a necessidade pelos seus usuários. A segunda refere-se sobre a racionalidade que envolve a adesão às múltiplas institucionalidades, que se orienta para um uso pragmático dos recursos disponibilizados, uma expressão da pragmática vitalista (Gago, 2018). Por fim, destaca-se, na dinâmica de reprodução social periférica, o momento de crise que se vive (Canettieri, 2023). Considerando a dissolução da forma social baseada no salário, a reprodução dos indivíduos e suas famílias busca recursos de diferentes fontes, entre elas as múltiplas institucionalidades de assistência com critérios da pragmática vitalista. Por isso, falamos de um *assistencialismo de crise*, uma forma de acessar recursos num contexto em que o salário não funciona mais como a forma primordial de reprodução – como mais uma das várias estratégias de reprodução social crítica.

Como visto, a integração de programas de assistência social dos governos e ações de solidariedade de diferentes entidades é algo que faz parte da realidade da reprodução social crítica nas periferias (Canettieri, 2023). Com os casos analisados, a prática da assistência não é organizada apenas pelo Estado por meio de sua política de assistência social. Outros atores desempenham papéis de assistência aos mais vulneráveis que não estão circunscritos ao Estado. Dessa forma, a lógica do direito e da civilidade não são os únicos regimes normativos que legitimam a prática de assistência. A legitimidade está presente em outros diferentes atores que também atuam para garantir a reprodução dos sujeitos periféricos. Ainda que tais práticas tenham interesses bem diversos, faz sentido aproximá-las em uma confluência importante: uma forma de suporte assistencial para a reprodução social num contexto de crise. Dessa perspectiva, cabem algumas considerações.

Motta (2021) analisou políticas públicas assistenciais em uma favela do Rio de Janeiro e percebeu que na maioria das vezes não pressupõem nada de universal, nada de público, mas uma gestão individualizada e particularizada da pobreza. Como a autora nota, a temporalidade pressuposta pelos projetos sociais estava dessincronizada com o projeto de futuro e de vida dos jovens contemplados pelos projetos. Talvez seja por aí que podemos entender a frustração das trabalhadoras do CRAS entrevistadas para essa pesquisa. As propostas de ação parecem estar desconectadas das demandas de uma “vida sem salário” (Denning, 2010) que a população periférica, sobretudo a jovem, estão vivendo contemporaneamente.

Ana Beraldo (2023) demonstrou, a partir de sua pesquisa etnográfica, o compartilhamento de múltiplas instituições na intermediação da vida numa favela de Belo Horizonte. Devemos a ela essa chave de interpretação que ressalta tal multiplicidade. Assim, segundo a autora, a “multiplicidade de iniciativas — caracterizadas por distintos objetivos, mentalidades e formas de atuação — produzem uma gama, também múltipla, de efeitos na população local” (Beraldo, 2023, p. 398). Essas múltiplas institucionalidades ligadas às formas de assistência mobilizam diferentes expectativas em relação ao tipo de serviço prestado. É curioso perceber nos relatos que as pessoas “esperam” coisas diferentes de cada uma das institucionalidades. Essa gama de efeitos na população local foi captada por Beraldo a partir de uma matriz analítica que nos interessa. De acordo com Beraldo (2023, p. 398), existem aqueles projetos que são descritos “apenas como projetos”, isto é, compreendidos como meios de obtenção de recursos e iniciativas que “fazem a diferença”, que implicam em um meio de “produção de renda e/ou de valorização simbólica da própria identidade”. Essa chave é importante para compreender as experiências descritas aqui. As iniciativas do CRAS e da ONG se circunscrevem aos “projetos”, como uma ação pontual que não acumula o que faz diferença para essa população, ao passo que outras experiências, como das Igrejas ou dos movimentos sociais, que possuem uma dinâmica que se inserem na dinâmica da vida cotidiana dos envolvidos e, a depender do sucesso da iniciativa, elas “fazem a diferença”. Contudo, como nota a autora, essa distinção é mais analítica do que encontrada na realidade. No caso da ação de solidariedade da Carol apresentada aqui, fica evidente a ambiguidade que existe entre “o projeto” e o “que faz diferença”.

Contudo, mesmo o “projeto” com uma finalidade interessada ou a iniciativa “que faz a diferença” para a vida de sujeitos periféricos, ambos significam uma forma de garantir a reprodução social mais imediata. Como descreve Elisa Verdi (2022, pp. 93-94), “No atual contexto neoliberal, marcado pelo modo como trabalhadores se veem obrigados a arcar com os custos da própria reprodução (educação, saúde, transporte, entre outros), essas soluções constituem práticas comunitárias que se revelam como pragmáticas vitalistas”. Essa noção é apresentada por Verónica Gago (2018) para designar a forma de reprodução da vida social que ocorre sem a mediação das instituições modernas tradicionais, isto é, uma forma de vida que se desenvolve às margens do Estado, do trabalho, do sindicato, da igreja, do partido, da assistência social. A autora insiste, apesar de existir sem a mediação das tradicionais instituições, que a pragmática vitalista das populações periféricas negocia os limites de sua

atuação, validade e legitimidade com essas instituições, relacionando-se com elas. Também inspirada por Gago (2018), Isadora Guerreiro (2020, s.p.) nota que essas são “dinâmicas de sobrevivência que atravessam (ou não) o mundo do trabalho, mas não se detêm nele, não se conformam (pois, afinal, ficam “sem forma”) por suas determinações internas”. Seja por meio de políticas públicas, seja por meio de formas auto-organizativas, seja mediado pela fé ou pela ideologia, todas essas formas oferecem modalidades de recomposição da pobreza, mas não a sua superação. Deve-se ler as práticas de assistencialismo de crise como uma estratégia de sobrevivência em meio às adversidades da vida periférica num contexto de crise.

Vale a pena também ver as práticas de assistencialismo não apenas no sentido do “beneficiário”, mas também de quem as executa. Com exceção da realidade das políticas públicas do CRAS, todas as outras envolvem algum tipo de envolvimento “voluntário”, isto é, não remunerado. Alguns explicam essa relação por via do engajamento político, como José Paulo, outros, pela necessidade de fazer o bem, como os “ongueiros”, outros por motivos religiosos ou pela ajuda mútua. Seja como for não esperam receber pelo tempo que despendem nas atividades, pois entendem que são atividades necessárias. Contudo, elas não são inteiramente desinteressadas. Elas possuem a expectativa que a adesão dos beneficiários aos recursos providos pelas ações possa significar uma adesão mais ampla ao grupo ou à ideologia de quem pratica a ação assistencial.

Há, de um lado, as políticas assistenciais do Estado – cada vez mais focalizadas e, não raro, cada vez mais dilapidadas pelo neoliberalismo. De outro, há o processo de onguização da caridade, que alcança tanto práticas da igreja como do movimento social, que se reduz ao provimento de itens mais básicos, condição da assistência em uma era de emergência. Há, ainda, as igrejas (sobretudo neopentecostais) que desempenham um fundamental papel no provimento assistencial. Também há os movimentos sociais, associações e cooperativas que desempenham papel no provimento do assistencialismo de crise. Na periferia, são muitos aqueles que não possuem nada e vivem em situação de penúria. Dessa maneira, a ação de “fazer solidariedade” aparece como uma importante função na comunidade. Muitas pessoas dependem de iniciativas como essa para sobreviverem. Em todos os casos, seja pela assistência social, seja pela dinâmica comunitária, ou ainda pelo extrativismo político, o assistencialismo de crise desempenha papel preponderante na organização da reprodução das classes populares contemporâneas. Tais dinâmicas fazem parte de estratégias de sobrevivência para conseguir acessar recursos necessários para a reprodução: uma forma de

desvio para a constituição do chamado “salário indireto”, afinal, esses percursos “pouco ou nada têm a ver com o trabalho assalariado e seus conflitos” (Rizek, 2006, p.51).

As práticas de assistencialismo de crise descritas neste artigo indicam uma dupla dinâmica transescalar. Considerando uma escala mais ampliada, as práticas de assistencialismo de crise operam como uma forma de “gestão da pobreza” (Rizek, 2022) nos territórios periféricos, que atua como vasos de contenção do conflito social sem, no entanto, transformar a condição em que vivem. Contudo, ao olhar para a dinâmica cotidiana, na escala da prática, poder-se-ia dizer que estão em jogo processos que Elisa Verdi (2022) chamou de “seleção de miséria” - já que envolve medidas de administração de populações efetivamente realizadas. Ambas as escalas estão interrelacionadas e são co-dependentes.

Dessa maneira, os achados do campo desta pesquisa parecem apontar para uma mudança nos conteúdos da questão social (Castel, 1998). Como notou Motta (2021, p.17): Se entre as décadas de 1960 e 1980 a questão social que marcava o conflito urbano no Brasil se referia à necessidade de integração dos pobres e dos trabalhadores por meio do trabalho e do acesso a direitos, a partir dos anos 1990 e, mais intensamente, nos anos 2000, a questão central deste conflito passa a ser a contenção do conflito violento. Trata-se de um deslocamento das referências que pautaram o debate da cidadania. A medida de cidadania que dependia da carteira de trabalho assinada e, com ela, do acesso aos direitos do trabalho, já é insuficiente (Abílio, 2011), considerando a profunda transformação no modo historicamente determinado de mediação social capitalista. Se o trabalho formal abria o caminho para alcançar o horizonte de expectativas da cidadania, agora, com a crise da sociedade do trabalho e a disseminação da informalidade, os (des)caminhos da cidadania passam por uma reconfiguração, ou melhor, por uma relativização. Diante de uma situação de vulnerabilidade e exploração, a informalidade do trabalho assume uma nova dimensão, cada vez mais ampliada, e mesmo o mercado formal se torna mais inseguro e instável. Soma-se a isso a violenta onda de plataformização do trabalho (Abílio, 2021) produzindo massas de trabalhadores “*just in time*”, que recebem exclusivamente pelo serviço desempenhado, apesar da conexão quase permanente com as “plataformas” que regulam o trabalho.

Nesse contexto crítico, a cidadania já não tem mais a mesma validade. Ela é convertida numa questão de eficiência e, portanto, envolve uma abordagem baseada em critérios de financiamento e de gestão. Essa “nova cidadania administrada” se converteu em uma “forma consentida, e vista como virtuosa, de gestão da precariedade” (Rizek, 2022).

Assim, a pobreza já não é mais concebida como uma questão política estrutural, mas algo inerente da sociedade que deve ser administrado. A política é substituída por uma racionalidade técnica e administrativa empregada pelos múltiplos atores e institucionalidades que atuam no campo.

Não é por menos que destaca uma forma particular em muitos dos casos aqui abordados. Em muitos se utiliza o dispositivo da fila, como uma forma de gerir o excesso de demanda num contexto de oferta restrita. Uma pessoa entrevistada por Abílio (2011, p.312) sintetizou esse dispositivo: “Faço fila pra tudo na vida. É pra receber uma cesta básica, é no posto de saúde. Quem é pobre vive em fila. Tá sempre esperando a sua vez. Então, eu já venho cedo.”

Como notou Paulo Arantes (2014, p.150). “fazer esperar já é punir”, afinal, a punição não é apenas para corrigir um desvio cometido, mas para agravar um estado indefinido de expiação e contenção. Pensando a partir desta chave, pode-se reconhecer que a espera cumpre uma função de disciplinamento. A recorrente imagem da “fila”³ nos relatos analisados e na entrevista citada no parágrafo anterior dá a dimensão da situação: uma espera que não muda ou transforma muita coisa. Trata-se, como já dito, da instituição de uma forma de disciplina imposta às periferias.

Sobreviver ali é antes de tudo aprender a esperar, mas não esperar sem mais, porém numa zona de não-direito onde cresce o poder punitivo, cuja microfísica, como estamos vendo, irradia por toda a parte donde flutuam essas populações transitando por fronteiras críticas, terras de ninguém onde a vida se arrasta no meio viscoso de uma perspectiva por assim dizer sem horizonte (Arantes, 2014, p. 177).

Dessa forma, podemos recuperar a noção de que as periferias devem ser entendidas, antes de tudo, como uma forma específica de produção do espaço, de reprodução social e de vida cotidiana resultante da espacialização das desigualdades sociais que se manifestam nas contradições da urbanização. Olhar para as relações de assistencialismo de crise revela uma das facetas das formas de reprodução social crítica que se desenrola nos territórios periféricos.

³ Vale citar o que escreve Paulo Arantes (2014, p.163) sobre o “dispositivo da fila”: “fazer fila para conseguir comida numa lanchonete banal deixa de sê-lo quando nos damos conta que isso só ocorria em prisões, situações de guerra ou indigência econômica extrema, como na Grande Depressão”.

Queremos aqui afirmar que o sentido de urgência combinado com a escassez (que obriga a gestão da precariedade e a seleção da miséria por meio das filas) transforma as iniciativas de assistência numa dinâmica de assistencialismo. Um dos efeitos desse processo pode ser o achatamento das expectativas em relação ao serviço prestado, reduzindo a dinâmica de assistência a ajudas pontuais, cada vez mais diminutas, residualizadas e focalizadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo tratou das práticas de assistencialismo de crise que se desenrolam em um território periférico, buscando pensar a partir da análise de algumas cenas e situações a diversidade de instituições que atuam nesse tipo de prática bem como a adesão dos sujeitos periféricos a elas orientados pela pragmática vitalista. Dessa forma, pode-se perceber que há uma miríade de iniciativas que se estruturam a partir de fronteiras entre diferentes regimes normativos que garantem às práticas sua legitimidade social. Essas práticas atuam, como discutido, a partir da gestão da pobreza nos territórios periféricos, que obriga aqueles que lá atuam a aderirem a práticas de seleção da miséria que viabilizam as ações assistenciais.

Essa forma particular de intervir no social indica tanto um processo de subtração do Estado quanto da autonomia, não apontando para transformações estruturais, mas uma forma de administração da precariedade. Essa situação decorre da lógica que se concebe a pobreza, como um problema técnico de gestão.

Chama atenção que essas práticas são orientadas a partir de uma ideia de “emergência” que justifica essas práticas. Contudo, a emergência não é sanada — ao contrário, as práticas atuam apenas na administração das adversidades acumuladas. Essa gestão administrativa funciona como um dispositivo de disciplinamento que incide sobre os corpos dos sujeitos periféricos, impondo a espera e a fila como condição de acessar os recursos necessários para a própria reprodução.

Dessa forma, práticas de assistência são, no contexto de crise, convertida em assistencialismo, lidando com uma situação de emergência que implica na despolitização e na individualização. O dispositivo da fila, como uma forma limitante do acesso à cidadania e aos direitos, é representativo dessa conversão.

O horizonte de mudança social segue se encurtando. A possibilidade de ascensão social se individualizou e tornou-se um golpe de sorte. A inclusão social parece ter se tornado uma mercadoria que ora é negociada, ora é doada — com expectativa de alguma retribuição. As formas de assistencialismo de crise apontam, dentro desse entendimento, para uma situação de erosão social que, caso não seja impedida, tenderá a continuar se agravando.

REFERÊNCIAS

ABÍLIO, L. A gestão do social e o mercado da cidadania. In: CABANES, R.; GEORGES, I.; RIZEK, C. & TELLES, V. (Org.). **Saídas de Emergência: ganhar e perder a vida na periferia de São Paulo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

ABÍLIO, L. O futuro do trabalho é aqui: uberização, autogerenciamento subordinado e modos de vida periféricos. **Revista Rosa**, [s.l.], v.4, 2021.

ADDIE, J.-P.; GLASS, M.; NELESS, J. Regionalizing the infrastructure turn: a research agenda. **Regional Studies - Regional Science**, [s.l.], v.7, n.1, 2020.

ALFREDO, A. **Crítica à economia política do desenvolvimento e do espaço**. Rio de Janeiro: Annablume, 2013.

ARANTES, P. Esquerda e direita no espelho das ONGs. In: ARANTES, P. **Zero à esquerda**. São Paulo: Conrad, 2004.

ARANTES, P. Zonas de espera. In: ARANTES, P. **O novo tempo do mundo: e outros estudos sobre a era de catástrofes**. São Paulo: Boitempo, 2014.

BELLO, C. A. Percepções sobre pobreza e Bolsa Família. In: SINGER, A. & LOUREIRO, I. (Org.). **As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?** São Paulo: Boitempo, 2016.

BELLO, C. Concepções da pobreza e políticas de transferência de renda. In: GEORGES, I.; RIZEK, C. & BREDÁ, T. (Org.). **Produção e reprodução das formas de sociabilidade: dimensões territoriais e multi-escalares**. São Paulo: Editora Alameda, 2022.

BENZAQUEN, R. O estímulo do governo Temer à financeirização da pobreza. **Revista de Ciências Sociais**, v.53, n.2, p.399-436, 2022

BERALDO, A. Do ponto de vista do morador: sentidos atribuídos às múltiplas instituições atuantes nas periferias urbanas. **Revista de Políticas Públicas**, v.27, n.1, 2023, p.397-417.

CALDEIRA, T. Peripheral urbanization: autoconstruction, transversal logics and politics in cities of the global south. **Environment and Planning D: society and space**. v.35, n.1, 2017, p.3-20.

CANETTIERI, T. Geografias da reprodução social crítica: fraturas e fronteiras em territórios periféricos durante a crise. In: BARBOSA, R. & ALMEIDA, N. (Org.). **Labirintos da precarização do trabalho e das condições de vida**. Rio de Janeiro: CRV Editora, 2023.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CÔRTEZ, M. **Diabo e fluoxetina: pentecostalismo e psiquiatria na gestão da diferença**. Curitiba: Editora Appris, 2017.

COSTA, H. **Um lugar ao sol: utopia e sofrimento no empreendedorismo popular paulistano**. Tese. Doutorado em Ciências Sociais. São Paulo: USP, 2022.

COSTA, V. **Traficantes evangélicos: quem são e a quem servem os novos bandidos de Deus**. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2023.

FELTRAN, G. O valor dos pobres: a aposta no dinheiro como mediação para o conflito social contemporâneo. **Cadernos CRH**, v.27, n.72, 2014, p. 495-512.

FERREIRA, S. Atores do trabalho social: continuidades e discontinuidades. In: CABANES, R.; GEORGES, I.; RIZEK, C. & TELLES, V. (Org.). **Saídas de Emergência: ganhar e perder a vida na periferia de São Paulo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

GAGO, V. **A razão neoliberal: economias barrocas e pragmática popular**. São Paulo: Elefante, 2018.

GUERREIRO, I. Sob neblina, use luz baixa e não pare. **Passa Palavra**, 11 de abr. de 2022. Disponível em: <https://passapalavra.info/2022/04/143178/> Acesso em: 25 set. 2023.

HALL, Sarah. Social reproduction as social infrastructure. **Soundings**, n.76, 2020, p.92-94.

HIRATA, D. **Sobreviver na adversidade: formas de vida e mercado**. São Carlos: Ed.Ufscar, 2017.

HOLSTON, J. **Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

LEWIS, O. **The children of Sánchez**. New York: Vintage Books, 2011.

MARICATO, E. Autoconstrução, a arquitetura do possível. In: MARICATO, E. (Org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Editora Alfa-ômega, 1979.

MARICATO, E. **Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARINI, R. M. **Dialética da Dependência: e outros escritos**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MOTTA, L. **Fazer Estado, produzir ordem: gestão do conflito urbano em projetos sociais para a juventude vulnerável**. São Carlos: Ed.Ufscar, 2021.

OLIVEIRA, F. **Crítica da razão dualista | O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

PAULO NETTO, J. Crise do capital e consequências societárias. **Serv. Soc. Soc.**, n. 111, pp. 413-429, 2012.

PLACENCIA, J. Na busca de proteção social: atores e repertórios organizacionais num espaço periférico. In: RICHMOND, M.; KOPPER, M.; OLIVEIRA, V. C. & PLACENCIA, J. (Org.). **Espaços periféricos: política, violência e território nas bordas da cidade**. São Carlos: Ed.Ufscar, 2020.

RIBEIRO, V. Redes de amparo e os evangélicos (neo)pentecostais em favela. **Anais**. 41º Encontro Anual da Anpocs. Caxambu: Anpocs, 2017.

RIZEK, C. Os sentidos da cidade na sociologia brasileira. Relatório parcial do projeto Fapesp, **Cidadania e Democracia: o pensamento nas rupturas da política**. São Paulo: Cenedic, 2022.

RIZEK, C. Viração e Trabalho: Algumas reflexões sobre dados de pesquisa. **Estudos de Sociologia**, v.11, n.21, p. 49-59, 2006.

ROLNIK, R. **Guerra dos lugares: A colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo, 2015.

ROSAS, N. "Amostra grátis" da prosperidade: ações de assistência na Igreja Universal e o caso de Minas Gerais. In: CUNHA, N. & FELTRAN, G. (Org.). **Sobre periferias: novos conflitos no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2013.

SANTOS, V. M. Transformações societárias: repercussões no serviço social. **R. Katál**, v. 23, n. 1, p. 53-62, 2020.

TELLES, V. **A cidade nas fronteiras do legal e ilegal**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2011.

VERDI, E. Quem precisa de proteção social? In: CARLOS, A. F. A. (Org.). **COVID-19 e a crise urbana**. São Paulo: FFLCH Edições, 2020.

VERDI, E. Vem, Espírito, e mostra quem realmente precisa. In: LACZYNSKI, P.; PULHEZ, M. M.; MILANO, G.; PRIETO, G. & PETRELLA, G. M. (Org.). **Acumulação do capital e reprodução da vida: tensões a partir da produção do espaço**. São Paulo: Universidade Federal de São Paulo, 2022.

Dados de autoria

Thiago Canettieri

Doutor em Geografia pela UFMG (2019), mestre em Geografia - Tratamento da Informação Espacial pela PUC-Minas (2014). Professor do departamento de urbanismo da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Realizou residência pós-doutoral vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFMG (2019-2020). É coordenador regional do núcleo RMBH do Observatório das Metrópoles (INCT/CNPq), líder do grupo de pesquisa CRITICAR (crise, trabalho, capital e revolta) e pesquisador do grupo Cosmópolis. É pesquisador afiliado ao Instituto Alameda. E-mail: thiago.canettieri@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3662-6104>.

Luiz Estevão Moreira Paiva

Graduado em Psicologia pela PUC Minas (2023). Graduando em Antropologia pela UFMG. Integrante da Frente Mineira de Drogas e Direitos Humanos (FMDDH). Bolsista FUNDEP no projeto de extensão Disjunções e fraturas periféricas: sobre as fronteiras nas periferias contemporâneas (EAU/UFMG). E-mail: luizestevaomp@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5386-9784>.

Catarina Ferolla Vasconcelos

Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: caferolla031@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-8753-4924>.